



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados

ATA DE REUNIÃO

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **2 de setembro de 2024**, às 16h30, no Salão Nobre do 9º andar do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na Esplanada dos Ministérios - Bloco K, em Brasília - DF.

PESSOAS PRESENTES

I. MEMBROS DO COMITÊ: **Adauto Modesto Junior** - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); **Aline Damasceno Ferreira Schleicher** - Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); **Caroline Dias dos Reis** - Secretária-Executiva Adjunta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); **Cilair Rodrigues de Abreu** - Secretário de Serviços Compartilhados do MGI; **Fábio Fernandes** - Subsecretário de Assuntos Tributários e Gestão do Ministério da Fazenda (MF); **João Victor de Souza Batista** - Diretor de Gestão e Administração do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Lorena Ferrer** - Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Maria Helena Guarezi** - Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres (MM); **Patrick Barcellos Peixe** - Coordenador-Geral de Gestão e Administração do Ministério da Previdência Social (MPS); **Paulo Afonso Vieira Júnior** - Subsecretário de Gestão e Administração do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR); **Renato Soares Peres Ferreira** - Assessor Especial do Ministro de Estado do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP); **Sandro de Vargas Serpa** - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Turismo (MTUR).

II. OUTROS CONVIDADOS: **Alisson Neres Lindoso** - Coordenador-Geral do MGI; **Ana Lilia Lima dos Santos** - Diretora de Administração e Logística do MGI; **Antônio Marcello Peixoto de Mendonça Filho** - Coordenador-Geral do MDHC; **Caio Martins Franco** - Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do MTur; **Hélio Souza de Oliveira** - Diretor de Contratações e Unidades Descentralizadas do MGI; **Isabela Gomes Gebrim** - Secretária Adjunta de Serviços Compartilhados do MGI; **Ivana Lúcia Zilling de Paiva** - Coordenadora-Geral do MM; **Jhenifer Alcantara Baptista** - Assessora Técnica do MM; **Kaely Eduarda Barbosa Moreira** - Assistente administrativo do MGI; **Laila Ferreira Hossain** - Coordenadora-Geral de Processos do MGI; **Leonardo David da Silva Luiz** - Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade do MGI; **Lucíola Maurício de Arruda** - Diretora de Gestão de Pessoas do MGI; **Luiz Eduardo Lemos** - Coordenador-Geral da CGPAG/DGP do MGI; **Maiko Lemes** - Assessor da DAL do MGI; **Marcos Fábio Cardoso de Faria** - Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do MIR; **Marcela Coelho Monteiro** - Chefe de Gabinete da SSC do MGI; **Mônica Cristinne Pinheiro Coêlho Barcelos** - Coordenadora Geral de Projetos e Modernização de Pessoal do MGI; **Paulo Augusto R. Goulart** - Coordenador-Geral de Fortalecimento Institucional do MGI; **Paulo Roberto Alves de Carvalho Junior** - Coordenador-Geral de Planejamento, Controle e Modernização do MF; **Ramires Andrade** - Coordenador-Geral de Gestão e Administração do MPI; **Rogério Gabriel Nogalha de Lima** - Diretor de Tecnologia de Informação do MGI; **Viviane Cesário** - Assessora do MM; **Waldeck Pinto de Araujo Junior** - Coordenador Geral do MPO.

III. SECRETARIA-EXECUTIVA DO COMITÊ: Foram delegados pela Secretaria de Serviços Compartilhados os servidores da Diretoria de Gestão Estratégica **Wanessa Oliveira**, Diretora; **Rodrigo Brito**, Coordenador-Geral de Governança Organizacional; e **Daniele Borges**, Coordenadora de Modelagem, Monitoramento e Avaliação em Governança.

I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta por Cilair de Abreu, Secretário de Serviços Compartilhados, na condição de Coordenador do Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados, às 16h10.

Cilair cumprimentou as pessoas presentes e solicitou que se apresentassem, passando a explicitar a pauta da reunião em seguida.

II. APRESENTAÇÃO

Item 1: Procedimentos para implantação do sistema de acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho (Petrvs) nos órgãos solicitantes.

Cilair elencou brevemente as ações necessárias para implantação do sistema Petrvs pelos órgãos solicitantes: a) publicação do ato (portaria) pelo órgão que autoriza a instituição do PGD naquele ente; b) adesão ao uso do Petrvs, pelo ColaboraGov, de acordo com a Portaria nº 4.805, de 12 de julho de 2024; e c) agendamento dos treinamentos de uso do sistema junto à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP). O Secretário informou ainda que a sistemática de rateio do custo do Petrvs seria apresentada pela SSC e Secretaria de Gestão e Inovação - SEGES no dia 5 de setembro de 2024.

Item 2: Avaliação da qualidade dos serviços.

Em seguida, Cilair informou que a Secretaria vem atuando na elaboração de uma ferramenta de avaliação dos serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), por meio de uma unidade dedicada ao assunto, de modo a dimensionar gargalos e oportunidades de melhoria, ressaltando que a avaliação é voluntária e vinculada à demanda solicitada. Nesse momento, Isabela Gebrim complementou que, a partir da segunda quinzena de setembro, a avaliação será feita de forma automatizada pela ferramenta, que possui familiaridade com o formato utilizado no portal Gov.br.

III. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO

Item 1: Coleta de insumos para planejamento de ações em 2025.

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Nesse momento, Cilair passou à discussão acerca da coleta de insumos para planejamento de ações em 2025, franqueando a palavra à Diretora Wanessa Oliveira, que convidou as pessoas presentes a refletirem sobre os aprendizados decorrentes do compartilhamento de serviços via ColaboraGov, os principais desafios enfrentados, a visão de futuro para o modelo e os principais impactos provocados pelo ColaboraGov nas atividades finalísticas dos Ministérios. Oliveira concluiu sua fala informando que será enviado um questionário eletrônico às pessoas membras do CIG-SC para coleta de subsídios de planejamento para o próximo ano.

Item 2: Papéis e responsabilidades de compartilhamento de despesas.

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Em seguida, Cilair retomou a apresentação explanando brevemente os papéis e responsabilidades do MGI (como órgão prestador de serviços ao ColaboraGov) e dos órgãos solicitantes, no que tange ao compartilhamento de despesas. Constituem, então, papéis do órgão solicitante: solicitar e utilizar serviços e enviar previamente recursos orçamentários e financeiros à SSC. Já os papéis do MGI como órgão provedor são: adequar o serviço solicitado em contrato compartilhado, verificar disponibilidade financeira, emitir ordem de serviço, solicitar recursos e executar despesa com recurso recebido.

Ainda, são responsabilidades do órgão solicitante: garantir recursos orçamentários e financeiros nos prazos acordados, solicitar a demanda por serviço de maneira detalhada e objetiva e informar à SSC/MGI caso seja verificada dificuldade na execução do contrato. Já a SSC possui como responsabilidades: dirimir as dúvidas do órgão solicitante,

garantir a execução do serviço, gerir adequadamente os recursos recebidos, devolver o recurso recebido excedente ao estimado e apresentar relatório do uso dos recursos.

Por fim, o Secretário reforçou ainda a existência de um painel online de monitoramento de custos, que pode ser acessado por todos.

IV. INFORMES

Item 1: Planejamento de ações para recepção de novos servidores oriundos do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU (*Onboarding*).

Nesse ponto da reunião, o Secretário passou a palavra à Diretora de Gestão de Pessoas, Lucíola Arruda, que abordou as ações em andamento para recepção dos novos servidores oriundos do CPNU como, por exemplo, a elaboração de orientações funcionais, o Guia de Boas-Vindas, o Catálogo de Serviços, o planejamento de tutoria das rotinas da Unidade e as diretrizes gerais do estágio probatório, entre outras.

Lucíola informou que a diretoria está preparando uma ambientação geral, reforçando que cada ministério deve planejar ações específicas de ambientação interna, bem como proceder à inclusão de ações necessárias de capacitação no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) referente a 2025.

Cilair ressaltou a importância do planejamento para retenção de servidores, em especial nas áreas de suporte administrativo, por meio de fluxos e procedimentos que visem à monitoria e análise de perfil, entre outras ações necessárias.

Em seguida, a Secretária Executiva Adjunta do MDHC, Caroline Reis questionou se a DGP teria a estimativa de distribuição de servidores de carreiras transversais, oriundos do CPNU, aos solicitantes, tendo o Secretário da SSC respondido que não dispõe dessa informação.

Item 2: Perspectivas em relação ao escopo do ColaboraGov.

Cilair passou então a abordar as perspectivas em relação ao escopo do CSC, retomando seus marcos de construção e implementação em 2023 e 2024 e informando que, atualmente, não há perspectivas de ampliação da quantidade de órgãos no modelo estabelecido. Ele ressaltou que, como o modelo do CSC é inédito no governo, é necessário estabilizá-lo e consolidá-lo, em 2025, para viabilizar sua ampliação.

Por fim, o secretário informou que a perspectiva para 2026 é de aprimoramento do modelo com a mensuração da economia gerada e a implementação de automação, não obstante os desafios quanto a pessoal qualificado, alta rotatividade de pessoal e necessidade constante de treinamento.

Item 3 (extrapauta): Implementação da política de cotas destinadas para mulheres vítimas de violência doméstica nas contratações públicas (mínimo 8%) e ações de humanização das relações de trabalho nos contratos com serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Nesse momento, o Secretário Cilair solicitou apoio aos participantes da reunião na viabilização de ações que promovam a humanização das relações de trabalho. Isabela Gebrim citou que, em 2023, as licitações promovidas pelo CSC já previam a política de cotas destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica, com o preenchimento de 14 postos de trabalho de assistente administrativo. A Secretária Adjunta reforçou que o MGI tem fomentado capacitações a respeito de temas necessários à atuação dos colaboradores por meio dos cursos promovidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ademais, informou que haverá uma Oficina, no DF, na primeira semana de outubro, promovida pela SSC, para tratar da temática.

Cilair explicitou, então, algumas situações objetivas de aplicação da Política: redução da jornada de trabalho no final do ano, para os colaboradores terceirizados, mediante compensação prévia com dois meses de antecedência;

prioridade no gozo de férias no período de férias escolares, para colaboradoras responsáveis por crianças em idade escolar, por exemplo, e mecanismos de compensação para os colaboradores que possuem familiares com problemas de saúde. O Secretário esclareceu ainda que não deve haver interferência do órgão contratante na relação trabalhista entre o colaborador terceirizado e a empresa contratada.

Em seguida, Paulo Afonso Vieira Júnior, Subsecretário de Gestão e Administração do MPOR, informou apoiar o projeto e questionou como deve ser realizada as compensações de horas, tendo sido esclarecido pela Diretora de Administração e Logística, Ana Lília, quanto à existência de eventuais convenções coletivas regulamentadoras para categorias específicas.

Nesse ponto da reunião, a Secretária Executiva do Ministério das Mulheres (MM), Maria Helena Guarezi, relatou a experiência exitosa do Ministério quanto à aplicação de cláusulas sociais em seus contratos e licitações. Guarezi aproveitou para sugerir que a SSC passe a avaliar o impacto de suas atividades nas políticas públicas ministeriais, após a implementação do CSC. Ainda, a Secretária Maria Helena questionou os atuais critérios de priorização no atendimento das demandas dos órgãos solicitantes, sugerindo que a ordem de recebimento da demanda não seja a única referência e que haja mais transparência na posição do órgão da fila de atendimento.

Em seguida, Lorena Ferrer, Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica do MPO, ressaltou a importância de um ponto focal ministerial que possua interlocução com a empresa contratada a fim de tomar conhecimento de situações excepcionais que podem impactar nas atividades prestadas pelos colaboradores em situação de vulnerabilidade. A Subsecretária sugeriu a formatação de um modelo de compartilhamento de responsabilidades, na gestão dos contratos continuados, de modo que os gestores tenham acesso a um detalhamento maior de informações relativas ao pessoal contratado.

Ainda sobre o assunto, Sandro Serpa, Secretário-Executivo Adjunto do MTUR, questionou os marcos temporais das ações de humanização a serem promovidas pela SSC, sendo complementado por Caio Martins Franco, Chefe de Gabinete do MTUR, que questionou se há algum um projeto em andamento que busque promover atendimento psicossocial aos servidores públicos.

Lucíola, diretora da DGP, aproveitou para informar que a diretoria está formatando um projeto de contratação de assistência psicológica (saúde mental) para os servidores públicos, cujo escopo contempla inclusive o acolhimento emergencial.

Dando continuidade aos esclarecimentos, Cilair avaliou como pertinente a proposta de um indicador que mensure o impacto do ColaboraGov nas políticas públicas, esclarecendo que já existem critérios de priorização de atendimento das demandas que observam o impacto e a repercussão do pedido nos órgãos solicitantes como, por exemplo, os decorrentes de demandas judiciais e de órgãos de controle.

Em seguida, Caroline Dias dos Reis, Secretária-Executiva Adjunta do MDHC, reforçou a importância de os órgãos incluírem as cláusulas sociais nos processos licitatórios, em especial quanto às políticas de direitos humanos existentes. Logo depois, Ramires Andrade, Coordenador-Geral de Gestão e Administração do MPI, informou que o MPI tem enfrentado problemas de ordem executiva devido à falta de estrutura.

Patrick Barcellos Peixe, Coordenador-Geral de Gestão e Administração do MPS, aproveitou para sugerir que o colegiado promova uma maior integração entre os 13 órgãos, de modo a viabilizar o compartilhamento conjunto de problemas e a construção coletiva de soluções. A Secretária Maria Helena sugeriu que seja realizada uma reunião extraordinária com esse objetivo.

Wanessa Oliveira aproveitou para reforçar que as Câmaras Temáticas de Apoio à Governança se constituem como os fóruns mais apropriados para discussão dos problemas de natureza mais técnico-operacional, sendo fundamental o empoderamento dos representantes ministeriais indicados para que haja o retorno de pautas e discussões mais estratégicas, sendo referendada por Isabela Gebrim.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cilair ressaltou a importância de os órgãos trabalharem com fluxos e procedimentos padronizados e concedeu a palavra à diretora Lucíola, que reforçou a necessidade de autorização do ministro para promover a adesão de cada órgão ao sistema Petrvs e então prosseguir com os treinamentos da DGP, já que somente metade dos órgãos solicitantes dispunham de portaria publicada.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 18h25, por Cilair Abreu, e lavrada a presente ata por Daniele Borges e Rodrigo Brito, da equipe da Secretaria-Executiva do CIG-SC, a qual, depois de aprovada pelos membros do colegiado, será assinada eletronicamente pelo Coordenador do colegiado e disponibilizada no portal de Governança do ColaboraGov.

VI. ENCAMINHAMENTOS

AÇÃO/ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL
Inclusão de informes contendo resumos executivos sobre as atividades das Câmaras Temáticas a serem apresentados nas próximas reuniões do CIG-SC.	SSC/MGI
Envio de questionário de avaliação e coleta de insumos para planejamento 2025 do Projeto ColaboraGov aos membros.	SSC/MGI
Avaliação acerca da Adesão ao Petrvs e publicação da Portaria (se for o caso)	Órgãos solicitantes
Convocação de Reunião Extraordinária, tendo como pauta a discussão sobre problemas comuns e soluções coletivas.	SSC/MGI

APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (Secretaria Executiva)	0	1	0	1
2	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (Secretaria de Serviços Compartilhados)	1	1	16	18
3	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	1	0	0	1
4	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC	0	1	1	2
5	Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	0	1	1	2
6	Ministério da Fazenda – MF	0	1	1	2
7	Ministério da Igualdade Racial – MIR	0	1	1	2
8	Ministério do Esporte – MESP	0	0	0	0
9	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP	1	1	0	2
10	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	0	0	1	1
11	Ministério das Mulheres – MM	1	0	3	4
12	Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR	0	1	0	1
13	Ministério da Previdência Social – MPS	0	1	0	1
14	Ministério do Turismo – MTUR	1	1	0	2
Total		5	10	24	39

Quórum de instalação da reunião	12/14	85,71%
--	--------------	---------------



Documento assinado eletronicamente por **Cilair Rodrigues de Abreu, Secretário(a)**, em 23/09/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45063185** e o código CRC **BFA676C8**.
